

“FORA DILMA!”: PANELAÇO, AÇÃO POLÍTICA E INCIVILIDADE *ONLINE*

Ana Cláudia de Souza Inez¹

Resumo: A manifestação durante fala da presidente Dilma no Dia Internacional da Mulher, ficou mais conhecida como panelaço e repercutiu nos principais veículos de comunicação e nas redes sociais digitais. O presente artigo busca apreender as especificidades do comportamento dos sujeitos ao expressar suas preferências políticas em um ambiente *online*. Assim, almejamos analisar os comentários de usuários de internet em três matérias publicadas sobre o panelaço em portais de notícias. Para embasar o estudo, propomos um aporte teórico que abarque considerações sobre democracia e política na *web* e sobre deliberação e incivilidade na internet.

Palavras-chave: Panelaço. Fora Dilma. Incivilidade. Internet. Ação Política.

Introdução

No dia 08 de março de 2015, a presidente Dilma Rousseff fez um pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão por ocasião do Dia Internacional da Mulher. Entretanto, devido a uma onda de insatisfação gerada pelas denúncias de corrupção que irromperam em seu governo, a presidente foi intensamente vaiada. Gritos de ordem e barulhos de panelas nas janelas das residências ecoaram em várias cidades do país. O acontecimento ficou popularmente conhecido como Panelaço e repercutiu nos principais veículos de comunicação de massa e nas redes sociais digitais

Durante o discurso, a presidente admitiu que o Brasil estivesse passando por dificuldades e pediu paciência aos brasileiros. Ela defendeu as medidas que estão sendo adotadas pelo governo e justificou a crise citando a conjuntura internacional e atribuindo parte do problema à seca que vem acometendo o país há meses. Disse, ainda, que o governo absorveu, até o ano passado, todos os efeitos negativos da crise e que a partir de agora vai ter "que dividir parte deste esforço com todos os setores da

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. anaclaudiainez@gmail.com.

sociedade". Ela continuou o discurso afirmando que a vitória "será ainda mais rápida se todos nós nos unirmos neste enfrentamento"².

No entanto, antes de o pronunciamento acontecer no domingo, uma mensagem convocando um panelaço durante o discurso da presidente circulou durante todo o fim de semana nas redes sociais digitais, principalmente através do aplicativo *Whatsapp*. Apesar de as mensagens afirmarem que Dilma em seu discurso defenderia o governo e lançaria um pacote anticorrupção, a presidente anunciou a sanção de uma lei de combate à violência contra a mulher e defendeu as mudanças de austeridade implementadas pelo governo.

De todo modo, a convocatória surtiu efeito. Enquanto o pronunciamento era exibido, houve o panelaço nas janelas das casas e prédios, e era possível ouvir vaias e gritos de "Fora Dilma", além de palavrões e insultos à presidente. Diversas cidades relataram o ocorrido, como Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, Recife, Goiânia, Maceió e Vitória. Na capital mineira alguns dos bairros que mais fizeram barulho são: Lourdes, São Pedro, Funcionários, Sion, Buritis, Belvedere, e Anchieta³.

Assim sendo, o que buscaremos entender com o desenvolvimento das considerações a seguir não entrará no mérito de legitimidade do dito panelaço, pois o presente artigo tem como objetivo compreender as especificidades do comportamento dos sujeitos ao expressar suas preferências políticas em um ambiente de discussão *online*.

Ação, conversação e participação política *online*

Tematizar suas demandas publicamente é o desafio maior de praticamente todo grupo social. Como a inserção das demandas sociais nos *media* de massa não é ainda totalmente eficaz, os atores sociais viram uma possibilidade de abranger um número maior de pessoas de níveis socioeconômicos diversificados com o surgimento da

² Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/veja-integra-do-pronunciamento-da-presidente-dilma-rousseff.html>. Acesso em 7 de julho 2015.

³ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/cidades-registram-protestos-durante-programa-do-pt-com-dilma-e-lula.html>. Acesso em 7 de julho 2015.

internet. Entretanto, a onda de otimismo com relação às potencialidades da *web* também traz consigo incertezas.

Wilson Gomes (2011) apresenta suas preocupações com relação à internet ao questionar se o emprego de comunicações via computadores tem conseguido produzir novas formas de participação política e de engajamento cívico. O autor também traz inquietações quanto às diferenças entre a participação política em geral e a participação que se dá mediante a internet.

Para ele, uma coisa é a ação digital de quem usa e-mails, lê jornais *online* e visita *sites* políticos, por exemplo, outra é aquela de quem participa de fóruns, domina ferramentas para redes *online*, além daquelas para conexão instantânea e para compartilhamento de vídeo e imagem, outra ainda é a participação *online* daqueles que são capazes de dominar e empregar quaisquer ferramentas digitais para participar de iniciativas digitais com propósitos políticos.

No contexto das manifestações que vêm ganhando força no Brasil, convocadas em sua maioria através das redes sociais digitais, a perspectiva de Gomes (2011) nos auxilia a entender que iniciativas democraticamente relevantes, mesmo aquelas do universo das comunicações digitais, demandam em geral quantidades relevantes de ação social. Pois, para Gomes, participação é apenas uma das formas de ação. Nesse viés, o autor atesta que acompanhar o noticiário político *online*, por exemplo, é ação, mas não necessariamente uma participação política; já escrever para um *blog* de política e iniciar uma campanha *online* são formas de participação na vida pública. O primeiro exemplo – de ação política – pode servir para orientar o indivíduo na sua participação política e para aparelhar um grupo social para o envolvimento na vida pública. O segundo conjunto de ações, no entanto, significa para ele a participação, em sentido estrito.

Carpentier (2012), por sua vez, define que a participação deve ser baseada em convite, como um desejo ativo de participar. Para ele o convite é diferente da persuasão (pois o ato de persuadir é alimentado pelo "desejo de controle e dominação"). Entender, portanto, a participação como um convite, implica dizer que o direito de não participar deve ser respeitado. Assim, os sujeitos devem ser livres para decidir se devem ou não participar.

Na perspectiva de Gomes (2011), a vida política privada *online* das pessoas inclui mais ação do que participação política. O que o autor defende é que se deve estruturar formas de incentivar que os indivíduos passem da ação em geral àquela forma de ação que é a participação em iniciativas digitais. Pois o cidadão que usa intensamente tecnologias de conexão digital pode estar em um estado de latência no que tange à participação e engajamento.

Nesse ensejo, Peter Dahlgren (2013) elucida que há um declínio da participação na arena política formal que pode ser atribuído a desgastes do envolvimento no nível subjetivo – que por sua vez são alimentados por correntes de desconfiança e impotência; ele sugere inclusive que, nesses casos, a desconfiança pode tornar-se excessiva e disfuncional. Se por um lado, estas tendências contribuem para um sentimento generalizado de desencanto político em um número significativo de cidadãos, por outro elas se tornam um sinal para se engajar politicamente. Muitas vezes impulsionados por uma sensação de que o sistema político dominante é excludente, muitos cidadãos estão encontrando novas rotas para o envolvimento e participação.

O autor ainda vislumbra a noção de conversação política (*political talk*), como uma conversa face-a-face, ou em um fórum *online* ou no *Facebook*, que pode, a seu ver, ser entendida como participação; pois para ele isso significa uma promulgação da esfera pública, onde a opinião pode tomar forma. Ele, inclusive, acredita que grande parte da participação propriamente dita não vai além da fase de expressão e de definição de um posicionamento.

Posto isto, Dahlgren (2012) conclui que o engajamento político subjetivo que incita a participação será sempre, em parte, condicional, de acordo com as mudanças da conjuntura do mundo social. No que se refere à internet, Dahlgren ressalta que ela é uma ferramenta importante, mas que por si só não consegue mobilizar politicamente os cidadãos que ainda não se engajaram.

Ademais, manifestações de cunho simbólico como o twitaço contra a redução da maioria penal, o beijaço contra a homofobia, ou mais precisamente o objeto do presente artigo, o panelaço contra Dilma, fazem emergir dúvidas quanto à sua definição em ação, conversação ou participação política. O que podemos apreender com o exemplo do panelaço é que ele fez falar e provocou uma discussão, tanto *online* quanto

offline, em relação à atuação do governo brasileiro e seu índice de rejeição cada vez maior. Podemos, então, entendê-lo como ação política coletiva, que se derivou de conversas em redes sociais – digitais ou não –, formando um público em potencial, que, por sua vez, foi mobilizado a partir de correntes compartilhadas digitalmente. Mais do que entender as circunstâncias em que decorreu o pênalti, buscamos analisar aqui como as reverberações desse acontecimento se desenvolveram dentro de uma plataforma de interação *online* de caráter polêmico: as seções de comentários de portais de notícias. Para tanto, há que se vislumbrar considerações importantes sobre como a abertura que determinadas plataformas cibernéticas proporciona pode corroborar o comportamento incivil dos indivíduos numa situação de troca argumentativa.

Incivilidade na *web*

Graças aos avanços recentes na internet e suas tecnologias associadas, os cidadãos têm agora mais oportunidades do que nunca para se envolver em discussões políticas uns com os outros. O anonimato e restrições limitadas para a expressão que a comunicação *online* oferece facilitam o aumento no comportamento incivil se comparado às interações face-a-face. Interpretações sociais limitadas e a sensação de que não existem repercussões para seu comportamento dão aos usuários a possibilidade de agir com menos inibição no meio digital do que na comunicação interpessoal.

À vista disso, Gervais (2014) elucida que estudos sobre incivilidade na blogosfera mostram que a exposição ao comentário incivil pode afetar o processamento da informação, e induzir a polarização de opiniões dos indivíduos em um determinado tópico. Segundo ele, uma vez que se concorda que apenas ler os comentários políticos de outros sujeitos pode impactar o engajamento político e deliberativo de outrem, entende-se que a presença de incivilidade na conversação política *online* pode reduzir a quantidade de consideração que é dada a pontos de vista não concordantes. E isto talvez possa reduzir o potencial de deliberação entre aqueles expostos a tal comentário.

Assim sendo, o discurso incivil a que o Gervais se refere pode ser definido como “reivindicações que são deliberadamente desrespeitosas e ofensivas, ou aquelas apresentadas em uma natureza hiperbólica” (GERVAIS, 2014, p. 3). Nessa lógica, a

conversação política incivil se distingue de conversação política simplesmente negativa pela presença de desrespeito e comportamento histriônico. Então, na medida em que o discurso político ofende e irrita um indivíduo, entende-se que ele irá ficar menos satisfeito com os comentários ou com a experiência em si.

Com relação ao anonimato na *web*, Ian Rowe (2015) assevera que o nível relativamente elevado de usuários anônimos que a internet proporciona exacerba o comportamento comunicativo desinibido, levando a um aumento da discussão política cada vez mais hostil. Preocupações sobre anonimato e comportamento comunicativo incivil na Comunicação Mediada por Computador (CMC) são, para ele, talvez melhor exemplificadas no caso de seções de comentários do usuário em notícias *online*. O pesquisador afirma que é importante ressaltar que esse recurso fornece aos usuários um nível relativamente elevado de anonimato, e muitos comentadores e editores acreditam que essa característica tem levado à ocorrência frequente de conteúdo agressivo. Nas palavras de Pitts (2010) as seções de comentários *online* tornaram-se paraísos para um nível de crueldade, intolerância, mesquinha e maldade explícitos. Entretanto, pesquisas empíricas sugerem que o comportamento comunicativo incivil nestas seções é consideravelmente menos comum do que se poderia esperar, mas ainda não está claro até que ponto ela é afetada pelo anonimato.

Rowe (2015) argumenta que quando os usuários são capazes de interpretar o contexto social em que a discussão acontece, eles são capazes de ajustar o alvo, o tom e o conteúdo verbal das suas comunicações. Ou seja, quando o contexto social é claro, o comportamento tende a ser bem regulado e controlado, indo de acordo com as normas socialmente aceitas para a comunicação. No entanto, quando as características do contexto social são fracas ou inexistentes, como frequentemente acontece nas CMC, onde os usuários podem lançar mão do anonimato, conseqüentemente eles se tornam despreocupados em manter as aparências e se sentem livres de temores sobre retaliação, assim como sentimentos de culpa, vergonha e embaraço.

Isto posto, a seção seguinte traz a análise dos comentários sobre o painel em seções de comentários de portais de notícias, para em seguida desenvolver algumas considerações a partir das concepções elencadas até aqui.

Analisando as reverberações *online*

Nossa proposta de análise se baseia em três reportagens publicadas em *sites* de notícias, duas provenientes dos jornais mineiros Estado de Minas⁴ e O Tempo⁵, e uma do portal G1⁶, com cobertura nacional. Os veículos de comunicação foram elencados a partir da necessidade de um recorte mais preciso dentre as várias opções disponíveis na *web*. As referidas reportagens, por sua vez, foram escolhidas porque seguiram duas condições importantes: 1) foram publicadas no mesmo dia que o panelaço aconteceu; e 2) não exprimiram posicionamento político explícito sobre o acontecimento.

Os operadores analíticos foram elencados *a priori* a partir de características mais gerais que, supostamente, poderiam ser encontrados nas seções de comentários. Assim, três delas foram definidas: 1) os argumentos mais utilizados por quem é contra, a favor ou indiferente ao panelaço; 2) a forma com que os comentaristas exprimem seus pontos de vista, numa perspectiva mais sintática do que semântica; e 3) se, de uma maneira geral, o anonimato que o ambiente oferece corrobora o comportamento incivil.

Podemos declarar de antemão que este último aspecto foi, de certo modo, deixado de lado ao se iniciar a análise, pois nas seções de comentários nos três *sites*, é necessário ser cadastrado para poder comentar. Isso não significa, é claro, que os nomes ali visíveis sejam reais. Porém, isso possivelmente já diz de uma política instituída pelos veículos de mídia para inibir comportamentos excessivamente hostis. De toda forma, foi possível perceber durante o desenvolvimento da análise que apesar de troca de farpas, bastante ironia e alguns momentos de ânimos mais exaltados, o clima nas seções de comentários não se mostrou propriamente incivil.

Seguindo então para a análise, separamos os dados obtidos em quatro categorias a fim de que fosse mais fácil perceber diferentes aspectos no momento de compilá-los: por gênero; por posicionamento; pelo tipo de argumento e pela forma de escrita. Cabe

⁴ Disponível em:

http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/03/08/interna_politica,625372/brasileiros-protestam-com-panelaco-durante-pronunciamento-de-dilma-em.shtml. Acesso em 7 de julho 2015.

⁵ Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/panela%C3%A7o-gritos-e-vaia-ecoam-durante-pronunciamento-de-dilma-1.1005693>. Acesso em 7 de julho 2015.

⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/pessoas-protestam-durante-pronunciamento-de-dilma.html>. Acesso em 7 de julho 2015.

aqui ressaltar que, no que se refere aos argumentos e ao modo de escrita, um comentário poderá ter abarcado mais de uma classificação. E, para que seja possível ressaltar as diferenças, as informações coletadas serão apresentadas traçando comparações entre as três publicações.

Na reportagem do Estado de Minas foram coletados e analisados 81 comentários. Grande parte, isto é, 88% dos comentários foram postados por usuários do gênero masculino. Com relação ao posicionamento frente ao painel, os participantes que se mostraram a favor somaram 34,5% e os contrários ao protesto, 45,6%. Ressaltamos que em comparação ao que veremos em seguida sobre os comentários de O Tempo, na publicação do Estado de Minas o número de comentaristas indiferentes⁷ foi mais expressivo, contabilizando 20%.

No que se refere aos principais argumentos apresentados, aqueles que se colocaram a favor do painel utilizaram em sua maioria o argumento de que a presidente e o partido a que ela está filiada devem deixar o governo (aqui nomeado de “Fora PT”). Tal argumento, dentro do panorama geral, somou 16% e muitas das vezes aparecia conjugado ao argumento de que “Quem é a favor do governo recebe algum favorecimento”. As pessoas indiferentes à manifestação fizeram mais uso do argumento pelo fim da corrupção de um modo geral (somando 16%) – ou seja, não colocam a culpa exclusivamente no PT e também empregaram o argumento de que os cidadãos estão alienados, apresentando percentual de 18%. Já os comentaristas contrários ao protesto, em sua maioria lançaram mão do argumento de que a manifestação se formou no âmbito da elite brasileira, somando quase 21% do total. Outros argumentos também foram expressos, mas com menor expressividade, tais como “Não ouvi a manifestação” (6%) e “A esquerda de hoje também é elitizada” (4,8%).

No que tange à escrita, mais da metade dos comentários (54,3%) se portaram civilizadamente (isto é, escreveram de forma convencional). Do montante, um terço ou 33%, fez uso de ironia, mas de forma pouco agressiva. Do restante, 5% se exprimiram exaltadamente, 5% fez uso de xingamentos, outros 5% fizeram uso exagerado de

⁷ Os comentários que não se posicionaram explicitamente contra ou a favor da manifestação foram classificados como indiferentes.

pontuação – com o emprego de muitas exclamações ou reticências, e mais 5% fez uso de letras maiúsculas, e pouco mais de 1% dos comentários insinuava atos de violência.

Já na seção de comentários de O Tempo analisamos 35 comentários⁸. De forma ainda mais expressiva em relação ao Estado de Minas, na publicação de O Tempo 94,2% dos comentaristas eram homens. O número de pessoas a favor e contra a manifestação foi bem equilibrado, sendo 48% para cada um, enquanto os indiferentes formaram apenas 4%.

No que se refere aos argumentos utilizados, aqueles que se posicionaram a favor do protesto, do mesmo modo que no Estado de Minas, utilizaram o argumento “Fora PT”, contabilizando 28,5%. Quem era explicitamente contra o panelaço (31,4%) também agiu de forma parecida com a outra publicação e lançou mão do argumento de que a manifestação só ocorreu em bairros da elite. Já o argumento sobre a corrupção de modo geral foi utilizado na mesma medida tanto por quem era contra, quanto quem era a favor e também pelos indiferentes. Outros argumentos como “A população está alienada” (15%) e “Não ouvi a manifestação” (2,8%) também foram menos expressivos.

O modo de escrita na página de O Tempo, por sua vez, mostrou-nos que mais de 70% dos comentários foram escritos de forma convencional. Aqueles que utilizaram de ironia eram 11%, enquanto os que fizeram uso de letras maiúsculas para reiterar sua posição somaram 20%. Os usuários com comportamento exaltado foram apenas 3%, e uso exagerado de pontuação foi empregado por 8,5% dos comentaristas.

Com relação aos comentários do G1, foram analisadas 119 publicações escolhidas por amostragem aleatória simples, configurando cerca de 10% do total dos 1.188 comentários postados na página. A maioria dos comentaristas era de homens (92,4%) e, do total de comentários, 64,8% era a favor da manifestação, 25,2% contrários e o restante mostrou-se indiferente.

Os principais argumentos utilizados pelos defensores do panelaço foram o “Fora PT” (24,3%) e, diferentemente das outras reportagens, surgiram os argumentos “Convocação para a manifestação do dia 15/03” (26%) e pedidos de renúncia da

⁸ O número relativamente baixo se justifica porque vários comentários não tinham seu conteúdo visível, pois haviam sido bloqueados pelo administrador devido a alguma violação dos termos de conduta da página.

presidente (9,2%). Aqueles a favor do governo Dilma, assim como no Estado de Minas e O Tempo, fizeram uso do argumento de que a manifestação era elitizada, somando 12,6%. Os indiferentes mudaram de perspectiva, se comparados às outras duas matérias analisadas, e lançaram mão principalmente de argumentos como “O protesto é legítimo” (6,7%) e a favor de reforma política (1,7%). Outros argumentos como “Fora Aécio” (2,5%) e ofensas pessoais à presidente (3,3%) também surgiram, mas em menor número.

Quanto ao modo de escrita, quase metade dos usuários se expressou de forma convencional (49,5%), os mais exaltados somaram 20%, a ironia estava presente em 29,4% das postagens, o uso de maiúsculas foi identificado em 5% dos comentários, a pontuação exacerbada em 2,5%, e a incitação de violência estava explícita em apenas 1,7%.

Considerações finais

Antes de tudo, ressalta-se que este artigo apresenta um exercício de análise em busca de maior compreensão quanto à noção de incivilidade na internet. Compreendendo, portanto, as diversas possibilidades de abordagem que as informações apresentadas aqui nos fornecem, pontuaremos aquelas que se mostraram mais evidentes e desafiadoras.

A primeira delas diz de certa padronização nos argumentos. Como vimos, a maioria deles remetem sempre às mesmas questões (corrupção, Fora PT e público da elite, em sua maioria), assim a discussão em si parece muitas vezes não sair do lugar, pois forma um percurso cíclico em torno das mesmas questões. Nesse sentido, durante a coleta, percebemos inclusive a repetição de alguns comentários nas páginas sob os mesmos codinomes indicando uma discussão entre um número restrito de pessoas.

Outra questão que também corrobora nossa conclusão de que a discussão não era rica, é que dos pouquíssimos comentários que foram respondidos, grande parte se configurava naqueles mais provocadores – porque iam contra o que a maioria postulava – e exprimidos com maior agressividade. Em vista disso, podemos problematizar que o *layout* dos próprios *sites* analisados não favorecia essa dinâmica de troca argumentativa.

E assim, pode-se inferir que talvez esse seja outro recurso utilizado pelos administradores das páginas para se evitar discussões demasiadamente acaloradas.

De outro modo, podemos refletir também sobre a presença pouco expressiva de comentaristas femininas nestes ambientes. Possivelmente uma das respostas para isso seja justamente o clima de hostilidade e agressividade que se forma nessas seções de comentários dominadas pelo gênero masculino, tornando a experiência bastante desagradável para as mulheres.

Com relação à noção de participação política, a análise reitera o que já se imaginava: as seções de comentários configuram-se em espaço para a conversação política – segundo Dahlgren (2012) – e ação política – de acordo com Gomes (2011) –, mas pouco favorecem o engajamento dos sujeitos em ações de participação política propriamente dita.

Assim sendo, o último aspecto que é relevante apreender é a questão do anonimato. Pois no fim das contas não conseguimos perceber se esta dimensão corrobora ou não para o comportamento incivil. Contudo, o que se pôde perceber é que não houve incivilidade – de acordo com a perspectiva de Gervais (2014) –, mas sim uma confirmação de que as seções de comentários de veículos midiáticos podem se configurar em um ambiente hostil, com uma dose comedida de grosseria e consideráveis índices de ironia.

Referências bibliográficas

CARPENTIER, N. The concept of participation. **If they have access and interact, do they really participate?** Revista Fronteiras–estudos midiáticos, v.14, n.2, p. 164-177, 2012.

DAHLGREN, P. Democracy, participation and media connections. In Dahlgren, P. **The Political Web**. Hampshire: Palgrave, p.9-35, 2013.

GERVAIS, B. T. Incivility Online: Affective and Behavioral Reactions to Uncivil Political Posts in a Web-based Experiment. **Journal of Information Technology & Politics**, 2014.

GOMES, Wilson. Participação Política Online: Questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. **Internet e Participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, p. 19-45, 2011.

PITTS, L. The anonymous back-stabbing of Internet message boards. **The Seattle Times**. Seattle, 2010. Disponível em:
http://seattletimes.com/html/editorialsopinion/2011488655_pitts01.html. Acesso em: 7 jul. 2015.